

EXPOSIÇÃO

DEPÓSITO DE CONCENTRADOS ALEMÃES

NA ILHA TERCEIRA

29 OUT - 29 JAN
SALA DO CAPÍTULO

MUSEU
DE ANGRA
DO HEROÍSMO

FICHA TÉCNICA DA EXPOSIÇÃO

Produção

Museu de Angra do Heroísmo,
2016

Coordenação geral

Jorge A. Paulus Bruno

Coordenação executiva

Vítor do Castelo

Comissário

Sérgio Rezendes

Seleção de peças, textos e projeto museográfico

Sérgio Rezendes
Vítor do Castelo
Paulo Sousa

Digitalização de imagens e documentos

Luís Borges
Paulo Sousa

Revisão de textos

Ana Lúcia Almeida
Paulo Sousa

Execução e montagem

Equipa MAH

Design e execução gráfica

BLACK land ROUGE
[Anna Coutinho &
Mariana Almeida]

FICHA TÉCNICA DO CATÁLOGO

Produção

Museu de Angra do Heroísmo,
2016

Coordenação geral

Jorge A. Paulus Bruno

Seleção de peças e textos

Sérgio Rezendes
Vítor do Castelo

Fotografia

Paulo Lobão

Digitalização de imagens e documentos

Luís Borges
Paulo Sousa

Revisão de textos

Ana Lúcia Almeida
Paulo Sousa

Design e execução gráfica

BLACK land ROUGE

ISBN

978-972-647-333-6

Depósito legal: 416542/16

Impressão

Nova Gráfica, Lda.

Tiragem: 300 exemplares

A exposição Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira contou com diversos apoios e cedências de peças.

Um agradecimento especial a:

*Andrea Stüve V. Faria
António Cálem Hölzer
Armando Amaral
Biblioteca Pública e Arquivo
Regional Luís da Silva Ribeiro
Carlos Alves Lopes
Carlos Silveira
Eduardo Barreiros
Embaixada da República
Federal da Alemanha em Lisboa
Francisco Maduro-Dias
João Quadros
Jorge A. Paulus Bruno
Luísa Nobre/Arquivo Histórico
da Cruz Vermelha Portuguesa
Luís Barreiros
Museu Militar dos Açores
Museu Carlos Machado
Regina Meneses
Sara Isabel O. Meneses*

EXPOSIÇÃO

**DEPÓSITO DE
CONCENTRADOS
ALEMÃES**

NA ILHA TERCEIRA

29 OUT - 29 JAN
SALA DO CAPÍTULO

MUSEU
DE ANGRA
DO HEROÍSMO





JORGE A. PAULUS BRUNO
DIRETOR DO MUSEU DE ANGRA DO HEROÍSMO

Os museus são, entre outras atribuições, espaços de resgate de memórias, não só individuais mas, também, e acima de tudo, coletivas. Memórias de uma sociedade, memórias de um território, memórias de um determinado tempo...

É neste sentido que deve ser entendida a decisão do Museu de Angra do Heroísmo de realizar uma exposição temporária com a finalidade de recuperar a memória de uma situação muito peculiar que ocorreu na ilha Terceira há um século atrás e que, de diversos modos, deixou marcas na sociedade de então. Estamos a falar da criação do *Depósito de Concentrados Alemães na Ilha Terceira*, em 1916, no contexto da Primeira Grande Guerra, que, ao longo de cerca de três anos, concentrou mais de 750 súbditos alemães nesta ilha, mais precisamente na Fortaleza de São João Baptista.

Não foi a primeira nem a última vez que a ilha Terceira e a sua fortaleza serviram de palco para o acolhimento de prisioneiros, deportados e exilados, mas, certamente, foi esta a ocasião que maior número, de uma só vez, reuniu.

Dada a sua natureza e a insuficiência de objetos e imagens, as dificuldades para a realização desta exposição eram esperadas. Todavia, essas dificuldades foram superadas com a generosa doação a este Museu de um interessantíssimo álbum com mais de 300 fotografias da época, praticamente todas desconhecidas do público, colhidas por um dos súbditos alemães presente neste Depósito, Alfred Hölzer. Ao seu neto, Senhor António Cãlem Hölzer, o Museu de Angra do Heroísmo presta público e reconhecido agradecimento.

Mas a realização desta exposição em muito se fica a dever também ao seu comissário, Doutor Sérgio Alberto Fontes Rezendes, historiador e profundo conhecedor dos meandros e dos reflexos da Primeira Grande Guerra nos Açores, que desde a primeira hora se disponibilizou, com o seu habitual entusiasmo, na sua concretização, desde logo redigindo os seus textos.

Um as últimas palavras ainda para todos aqueles que colocaram à disposição deste Museu objetos das suas coleções pessoais para esta exposição, para a Embaixada da República Federal da Alemanha em Portugal, que assegurou a impressão do encarte deste catálogo em língua alemã, para a Dra. Sara Isabel Meneses pela tradução dos textos, e à equipa desta casa que produziu e realizou esta exposição. A todos eles o Museu de Angra do Heroísmo está grato.

A. Prisioneiros alemães a chegarem à Fortaleza de São João Baptista, Angra do Heroísmo. Prova fotográfica sobre papel. MAH20162933

B. À espera do embarque, no cais de Figueirinha, em Angra do Heroísmo. Prova fotográfica sobre papel. MAH20162111



A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Em junho de 1914, o assassinato do príncipe herdeiro austro-húngaro, em Sarajevo, desencadeou um conflito à escala mundial, mobilizando aproximadamente cinquenta milhões de homens.

Na origem, estava a rivalidade das nações europeias pelo controle de fontes de matérias-primas, pelos mercados e pela alteração do mapa colonial, o que se traduziria em nacionalismos exacerbados e numa corrida ao armamento bélico.

Os beligerantes organizaram-se em dois blocos militares: a Tríplice Aliança, liderada pela Alemanha e o Império Austro-Húngaro; e a Tríplice Entente, comandada pela Inglaterra, França e a Rússia. Portugal e Estados Unidos da América participariam a partir de 1916 e 1917.

Dividido em três fases, o conflito prolongar-se-ia às colónias e seria apanágio da guerra moderna, pelo profundo desgaste e grande uso de tecnologia industrial. No mar, a guerra submarina realçaria a importância estratégica dos Açores.

Com a entrada das forças americanas, redefinir-se-iam as frentes de combate e já sem o apoio da Rússia bolchevique, os aliados derrotariam as tropas alemãs, numa paz imposta sem condições, a 11 de novembro de 1918.



1. Os portugueses em África, aguardando o contra-ataque e tratando os feridos. In Livro de ouro do Infanteria - 1914-1918, Comissão Técnica da Arma de Infantaria, Lisboa, 1922.

2. Sepultura de um soldado desconhecido, português, na Flandres. In FALCÃO, Conde Jorge. Imagens de 1.ª Guerra Mundial, Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas do Gabinete do General Chefe de Estado-Maior do Exército, Lisboa, 2004.

3. Equipamento de infantaria, mod. 1912, e capacete, mod. 1917. Lona, couro, aço. Portugal, 1912/1917. MAH97103/184. Espingarda Mauser-Vergueim, mod.1904. Deutsche Waffen-und Munitionsfabrik-Berlin. Madeira de nogueira e liga metálica. Alemanha, 1904. MAH971589.



Em setembro de 1914, partiriam, para Angola e para Moçambique, as primeiras forças expedicionárias portuguesas. A Grã-Bretanha, que considerava a participação portuguesa uma sobrecarga logística e operacional, pediria que se requisitassem os navios alemães em portos portugueses, ato que resultaria na declaração de guerra a Portugal, em março de 1916. Em janeiro seguinte, sairia o primeiro contingente do Corpo Expedicionário Português rumo à Flandres, seguindo-se o Corpo de Artilharia Pesada Independente. Preparados em tempo relâmpago, os soldados portugueses sofreram condições físicas e psicológicas duríssimas; a sua participação foi honrosa, mas extremamente negativa.

PORTUGAL NA PRIMEIRA GUERRA

A jovem república portuguesa ambicionava, em 1914, resolver a crise do final da monarquia, e posicionar-se-ia com a Inglaterra, embora sem se pronunciar contra a Alemanha. À beira de uma guerra civil, a sociedade dividir-se-ia em duas correntes políticas: os anti-guerristas e os guerristas, que alertaram para a ameaça sobre as colónias e defendiam a necessidade de Portugal se afirmar.

Forças Empenhadas / Baixas

TEATRO	TÓRCAS	MORTOS	FUNDOS/BAIXAS
FRANÇA	17000	1200	11000
ÁFRICA		810	400
MOÇAMBIQUE	10000	1000	1000
TOTAL	27000	2010	12400

© Os dados estatísticos são registo da Biblioteca

Despesas de Guerra

Total das despesas realizadas no âmbito da guerra: 271.742.000\$000
Legisladas em uma legislação de 1919 - 1920

Despesas de guerra legisladas em legislação: 225.000.000\$000
at 31/01/1921 a ordem do Alvará



4. A entrada de Portugal no conflito (L.), Jornal A União Angra do Heroísmo, 15 de maio de 1914.

5. Balança final das forças portuguesas empenhadas na Europa e em África. In FALCÃO, Conde Jorge. Imagens de 1.ª Guerra Mundial, Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas do Gabinete do General Chefe de Estado-Maior do Exército, Lisboa, 2004.

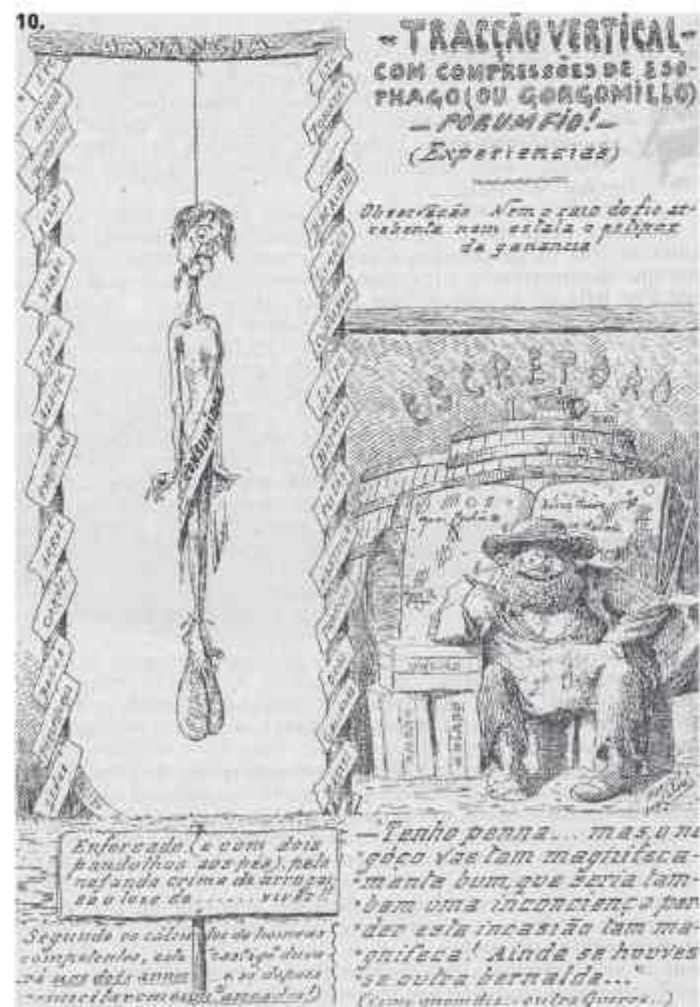
6 e 7. Memoriais ao Augusto Casfêbe e ao Submarino U-129. Primeira biográfica sobre papel, tecido, vidro e madeira. MAH97106/940.

8 e 9. Memorial a Carvalho Araújo por Lethal de la Pénère, comandante do submarino U-129, e respetiva tradução. Papel, vidro e madeira. MAH971071/92.

A 11 de outubro de 1918, o capitão português Augusto Casfêbe resgatou o jaguaro S. Miguel, que transportava 200 passageiros com destino a Praia da Galgão quando este foi atacado pelo submarino alemão U-129. O capitão, sob o comando do Primeiro-Tenente Carvalho Araújo (1880-1918), tentou combater o poder de fogo superior do submarino alemão, finalmente, protegido o S. Miguel interpondo-se entre ele e o submarino atacante, dando-lhe tempo para fazer fuga de ocosos desta. Após duas horas de combate, sem as máquinas inutilizadas, o Augusto Casfêbe rendeu-se. O comandante Carvalho Araújo foi morto por um último tiro do submarino.

OS AÇORES NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

De importância secundária e longínqua face à guerra em 1914, os Açores padeceriam agora do estrangulamento das exportações para os mercados tradicionais.



10. Com a instabilidade no mar, gerada pela presença dos submarinos alemães, o custo da vida tornar-se-ia crucial para os açorianos, quer pelos preços nas mercearias, como pela ausência dos embarcadores. In *Revista Micoelense*, 1919.

11. A antiguidade da artilharia portuguesa impossibilitaria uma resposta capaz, sendo a mesma assumida pelo navio cruzador americano Orion, transmitindo um sinal de segurança aos açorianos, em especial aos micoelenses. In *Revista Micoelense*, 1918.

12. O torpedeamento de Ponta Delgada pelo Deutschland, a 4 de julho de 1917, seria copular na mudança de visão sobre a importância dos Açores na Batalha pelo Atlântico. In *Revista Micoelense*, 1918.

13. Protótipo de granada idêntica às usadas no bombardeamento de Ponta Delgada. Metal. Coleção do Museu Carlos Machado.

14. Estilhaços de granada. Despojos do bombardeamento do submarino U-155 Deutschland a Ponta Delgada, em 4 julho 1917. Form. Coleção do Museu Carlos Machado.



13. Protótipo de granada idêntica às usadas no bombardeamento de Ponta Delgada. Metal. Coleção do Museu Carlos Machado.

Face à desproteção do mar açoriano, restaria às embarcações alemãs respeitarem a evocação de neutralidade dos portos de Ponta Delgada ou da Horta. Com a presença de submarinos alemães, em 1915, reforçar-se-iam os receios dos militares junto do Estado, atingindo-se o clímax com os ataques ao Funchal e a Ponta Delgada, a 4 de julho de 1917. A I Guerra Mundial assumiria, então, novos contornos nos Açores. A necessidade de defender o mar, os principais portos, um Depósito de Concentrados e as comunicações via cabo e TSE, colocariam as ilhas sob a atenção dos EUA e do Estado português; que procuraria equivaler-se à base aeronaval americana, entretanto estabelecida em Ponta Delgada, criando um Alto Comissariado da República para os Açores.



14. Estilhaços de granada. Despojos do bombardeamento do submarino U-155 Deutschland a Ponta Delgada, em 4 julho 1917. Form. Coleção do Museu Carlos Machado.

Sem reforços do continente, a vida dos açorianos pautava-se por graves dificuldades financeiras, escassez das importações e exportações e por uma fome imposta pela necessidade de uma defesa que afastara dos campos o camponês, transformado em soldado, apesar dos poucos meios para o apetrechar. Juntar-se-ia a peste e a instabilidade da ordem pública. Com guerra no mar, a escassez de alimentos, de materiais e medicamentos, destacar-se-ia a mestria dos militares e do poder local para trabalhar em uníssono, apesar dos escassos meios ao seu dispor.

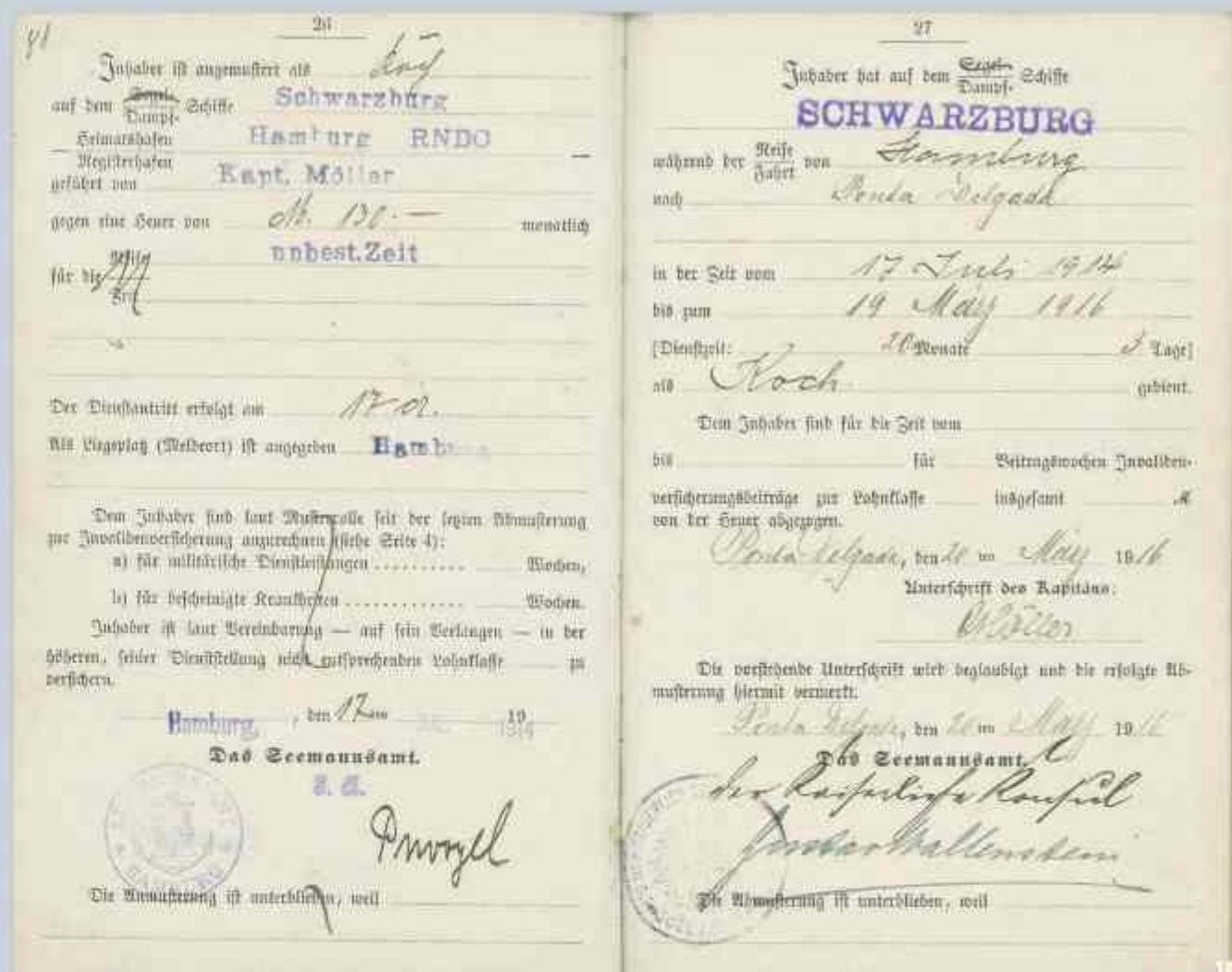
A FORMAÇÃO DOS DEPÓSITOS DE CONCENTRADOS TEMPORÁRIOS NOS AÇORES



O apresamento das embarcações alemãs, a 26 de fevereiro de 1916, decorreria sem incidentes. Declarada a guerra e produzida a legislação específica, as tripulações seriam integradas nos depósitos temporários para prisioneiros nas três principais ilhas do arquipélago. A concentração nos Açores variaria entre 29 de fevereiro e 5 de maio, conforme a capital de distrito.

Em Ponta Delgada, o campo seria estabelecido no casal Francisco Machado de Faria e Maia, na Lagoa, agregando tripulantes e população civil alemã estabelecida no grupo oriental. Na Horta, o Depósito de Concentrados Alemães resultaria da apreensão das embarcações alemãs e do importante centro nevrálgico das comunicações naquela cidade, local que serviria para os reunir.

Com a missão de recolha e vigilância, o Exército alimentaria e exerceria censura sobre a correspondência, acompanhando os prisioneiros ao campo definitivo em Angra do Heroísmo, a partir de 14 de julho de 1916. Todo o processo pautar-se-ia por lacunas nas instruções governamentais e uma grave falta de cabimento orçamental e de material.



15. A bordo do vapor *Enrique* – um transporte de armada portuguesa arria o povilhão alemão. In *Ilustração Portuguesa*, II Série – n.º 526, Lisboa, 6 de março de 1916.

16. A bordo do vapor *Enrique* – uma foca de Marinheiros da armada portuguesa faz colônias à bandeira nacional, que acaba de ser içada. In *Ilustração Portuguesa*, II Série – n.º 526, Lisboa, 6 de março de 1916.

17. O casal Faria e Maia, na Lagoa, Ilha de São Miguel, e casa da família de regosa do casal alemão nos Açores, que seria temporariamente utilizada para concentrar os prisioneiros alemães durante a primeira metade de 1916. In *REZENDES, S., Memória Histórica e Património Militar a Grande Guerra nos Açores*, Ponta Delgada, 2014.

18. Livro de membros. Papel impresso e manuscrito. Pertence ao concentrado August Paulus. Último registo efetuado no porto de Ponta Delgada, onde o navio *Schwarzburg* foi aprisionado. Coleção particular.

AS CONDIÇÕES LEGAIS DOS SÚBDITOS ALEMÃES

A Declaração de Guerra deu-se pelas 18 horas do dia 9 de março de 1916.

Mediante a possibilidade de sabotagem, o cônsul inglês solicitaria aos governadores civis a proteção de estruturas fundamentais, caso da estação de cabo submarino, em Ponta Delgada, e seria proibida a saída de alemães das ilhas, a partir de 14 de Março. As medidas do governo português reestruturariam a sua condição jurídica e estabeleceriam restrições ao direito de residência, capacidade civil, relações comerciais e depósito e, ainda, administração de bens. Seriam complementadas com o regime a que ficariam sujeitos os navios e cargas, bem como as propriedades industriais e comerciais.



Proibida a entrada no país a 8 de abril de 1916, os alemães seriam concentrados pelos militares, podendo-se fazer acompanhar pelas famílias, desde que suportassem os encargos. Seriam anuladas todas as naturalizações até ao terceiro grau e, mesmo com dupla cidadania, poderiam ser expatriados. Ninguém se encontrava a salvo: a Lei previa que qualquer cidadão favorável ao inimigo pudesse ser expulso. Todos os bens inimigos seriam arrolados e, em depósito, seriam administrados por um depositário-administrador que asseguraria os encargos do cativo.

19. A perspectiva jocosa tercoirense sobre a concentração dos prisioneiros alemães. In jornal A União, 15 de maio de 1916.

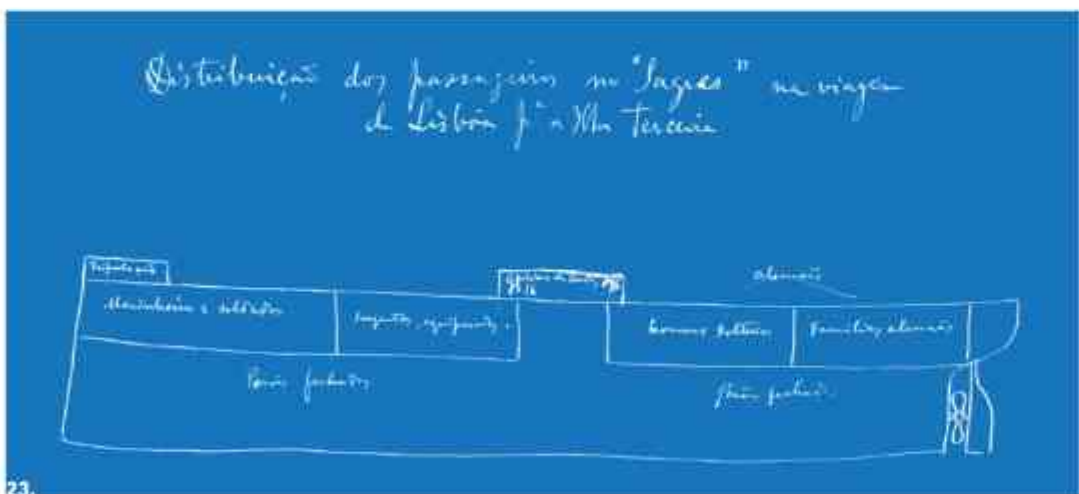
20. Edital a declarar o Estado de Sítio. In jornal A União, 1 de maio de 1916.

21. Concentração em Lisboa. Um alemão apresentando ao oficial de serviço, no arsenal, a guia que lhe foi entregue no quartel general. In Ilustração Portuguesa II Série - n.º 532, Lisboa, 1 de maio de 1916.

A ILHA TERCEIRA E O ESTADO DE SÍTIO

O Depósito de Concentrados Alemães em Angra do Heroísmo surge a 1 de maio com a chegada de 80 internados a bordo do navio Sagres.

Passaria a receber sucessivamente prisioneiros de São Miguel, Madeira, Cabo Verde, Faial, Índia, Angola e Moçambique, até que, por falta de espaço, seriam deslocados para o continente. Ao todo, terão passado pelo campo terceirense 763 prisioneiros de guerra civis alemães. A sua recolha motivaria a implantação de um Estado de Sítio, que, durante cerca de seis meses, subjugaria o poder civil ao militar, apreensivo com a defesa da ilha, o combate à quinta coluna e o controlo de géneros. O Governo Militar da Ilha Terceira assegurar-se-ia das importações e exportações, mantendo-se especialmente alerta em relação aos açambarcamentos.



22. Navio Sagres ancorado na baía de Angra do Heroísmo. Prova fotográfica sobre papel. 1914. MAH20160927.

23. Distribuição dos prisioneiros e da esquadra militar, no Sagres, durante a viagem de Lisboa para a Terceira. Coleção particular.



A ilha aumentara de população em virtude da chegada dos prisioneiros, das suas famílias e das diligências que os acompanhavam. Circunscritas à fortaleza de São João Baptista, em condições normais os prisioneiros usufruíam de todo o espaço e do Monte Brasil, podendo permanecer até tarde nos restaurantes, clubes, cantinas e salões de jogos.

24. Prisioneiros alemães à chegada à Fortaleza de São João Baptista. Prova fotográfica sobre papel. Angra do Heroísmo, 1914. MAH20160932.

25. Edital alçado pelo Comando Militar dos Açores ainda em vista o combate ao açambarcamento, relembrando o Estado de Sítio em vigor. Coleção do Museu Militar dos Açores.

EDITAL

**António Augusto de Oliveira Guimarães,
General Comandante Militar dos Açores e Governador militar da Ilha Terceira, faço saber:**

Que estando pelo decreto n.º 2181, inverte no «Diário do Governo» de 21 de Abril proximo passado, entregue à minha defesa, proteção e guarda esta Ilha, podendo usar para a manutenção da ordem publica de todas as medidas coercivas indispensaveis, e sendo-me necessario garantir a alimentação da guarnição desta Ilha, dos subditos alemães aqui concentrados, e de toda a população em geral, para que a ordem publica não possa ser alterada, fica prohibida a exportação de milho, trigo, peixe salgado, gado, galinhas e ovos, permitindo que destes géneros sejam exportados apenas aquêles que depois de ter ouvido a Comissão de Subsistências se reconheça haver em excesso no mercado para consumo do publico e da guarnição.

Faço também saber que é prohibido o açambarcamento de géneros, devendo o comércio ser exercido livremente, e que aquelles que por qualquer forma ou meio, pretendem retrahir os géneros de comércio com o fim de aglutinar e perturbar a ordem publica, ficam sujeitos à leimacção, por estarem suspensas as garantias nesta Ilha.

Governo Militar da Ilha Terceira, 14 de Junho de 1916.

O Governador militar,

António Augusto de Oliveira Guimarães.
General.

A ORGANIZAÇÃO DOS PRISIONEIRO

Ao Oficial de Dia caberia a contagem dos concentrados nas formaturas em horas diferentes.

Exigia-se disciplina e um apurado respeito pelas instruções, sendo quatro os meios de repressão aplicados pelo comandante do depósito: admoestação, repreensão em formatura, privação do passeio ao Monte Brasil ou mesmo quinze dias e prisão nos calabouços da fortaleza até dez dias. Casos mais graves, passariam à tutela do Comando Militar dos Açores.



26. Instruções para o Depósito de Concentrados Alemães. Papel impresso e manuscrito. Angra do Heroísmo, 10 de fevereiro de 1919. Coleção do Museu Militar dos Açores.

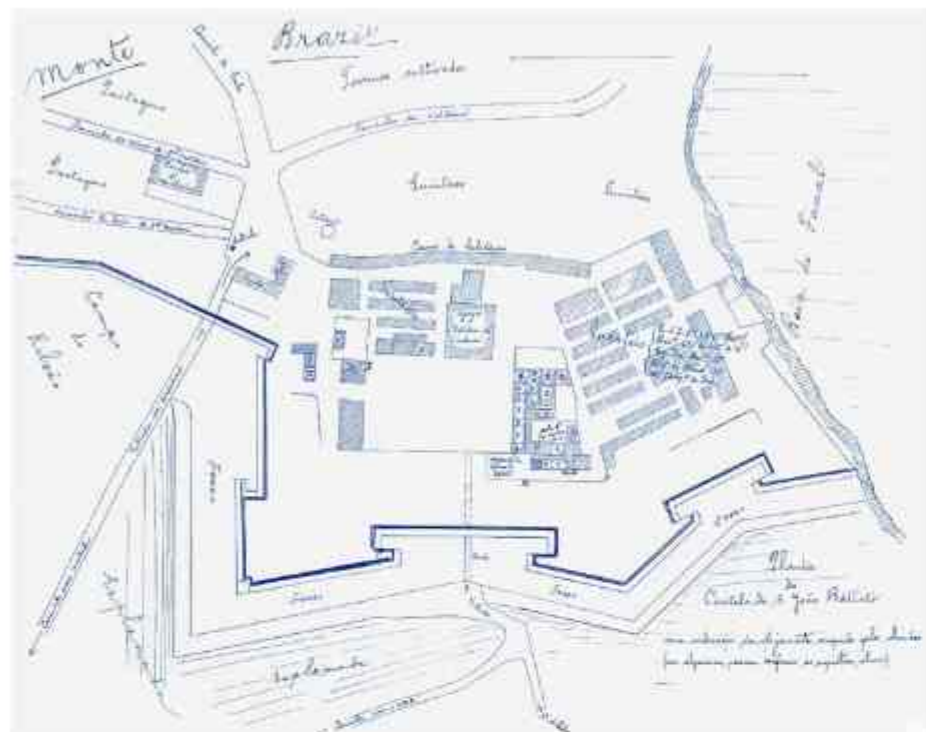
27, 28, 29 e 30. Partes do interior das habitações. Prova fotográfica sobre papel. MAH20161026/1028/1049/1081.

31. Concentrados reunidos por grupos em frente à igreja de São João Baptista. Prova fotográfica sobre papel. MAH20161072.

32, 33 e 34. Preparação de refeições. Prova fotográfica sobre papel. MAH20161100/1108/1114.

Organizados em três classes sociais, pertencia a cada uma o indivíduo que, pelo seu estatuto, assim o podia exigir. Os de 1.ª classe casados habitavam os antigos aposentos dos oficiais superiores; os de 2.ª classe, as habitações dos oficiais e sargentos e os de 3.ª classe, as casernas. Alguns prisioneiros da 1.ª classe teriam criadas portuguesas e espanholas, que poderiam abandonar a fortaleza assim que entendessem. Não havia distinção no passeio diário e, à noite, só com licença poderiam sair das suas instalações. Em virtude de não gostarem da dieta portuguesa, confeccionavam a sua alimentação, servida na igreja de S. João Baptista.





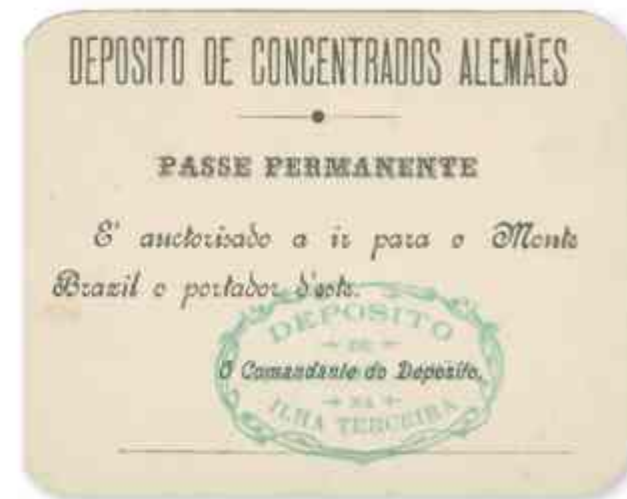
O REGIME DE APRIIONAMENTO

As instruções para a concentração dos inimigos na ilha Terceira chegariam ao Comando Militar dos Açores a 24 de abril de 1916.

O seu comandante tinha o poder para tomar as medidas oportunas à defesa do território e à rigorosa disciplina, sendo sua responsabilidade a proteção de mulheres e crianças, tal como a higiene e saúde. Para tal, poderia expulsar da ilha qualquer cidadão que contrariasse as suas medidas.

Os prisioneiros tinham que se apresentar ao Oficial de Dia duas vezes por dia, e saídas, só mediante salvo-conduto e escolta. Com correspondência censurada, era-lhes vedado o acesso a materiais que lhes facilitassem a evasão, caso de binóculos. Em dias sem vapor, poderiam passear no Monte Brasil, desde que não ultrapassassem os limites fixados e as instruções da guarda da fortaleza.

Podiam assistir a espetáculos e saraus promovidos pelos próprios, sempre sob vigia e censura, e eram os responsáveis pela limpeza e conservação das instalações. Acompanhados, poderiam tomar banho na baía do Fanal, e ter, sob licença, animais de estimação, ou por classes, um interlocutor para negociação com o Comandante do Depósito.



35. Planta do Depósito de Concentrados Alemães em Angra do Heroísmo: 1916. Coleção particular.

36 e 37. Passeios no Monte Brasil. Prova fotográfica sobre papel, MAH20140966/ 970.

38. Passe permanente para passeio no Monte Brasil. Papel impresso, assinado no verso pelo concentrado Alfred Holzer. Coleção particular.

39. Banho na baía do Fanal. Prova fotográfica sobre papel, MAH20161192.

40. Entrada de peça de teatro. Prova fotográfica sobre papel, MAH20161183.



A CORRESPONDÊNCIA E A CENSURA

Eram comuns os pedidos de informação a instituições que serviriam como intermediárias durante a guerra, apontando-se como destinos de liberdade a Espanha, ou de prisão, a Inglaterra ou o Canadá.

A censura pautava-se por um ténue equilíbrio entre a passagem de informações à comunidade extra muralhas e a entidades protocolares, que exigia o respeito pela correspondência familiar. A correspondência dos prisioneiros demandava a restituição da liberdade; a naturalização portuguesa; o conforto económico; o reforço de espírito de grupo; a partilha do sofrimento ou a mera transferência para o continente. Poderia ser endereçada a personalidades, e ao nível económico, visava a vinda de valores. Os mais desfavorecidos tentariam apoio financeiro, junto do cônsul de Espanha, reclamando indemnizações ao Estado ou até dívidas anteriores à declaração de guerra. O desespero do cativo chegaria ao ponto de se pedir a troca com soldados portugueses em território neutro, exercendo-se tal pressão que levaria o Ministro da Guerra a indeferir requerimentos coletivos.



41. Carta postal. Papel impresso e manuscrito. Com carimbo "CENSURADO 17 FEB 1917". MAHR2614751.

42. Carta postal. Papel impresso e manuscrito. Com carimbo "CENSURADO 22 FEB 1917". Coleção do Museu Militar dos Açores.

43. Envelope de carta. Papel impresso e manuscrito. Com carimbos de censura, 1916/1917. Coleção do Museu Militar dos Açores.

44. Cartão postal. Papel impresso e manuscrito. Com carimbo "CENSURADO 22 FEB 1917". Coleção do Museu Militar dos Açores.

45. Envelope de carta de luto. Papel manuscrito. Com carimbo "CENSURADO 13 FEB 1917". Coleção do Museu Militar dos Açores.

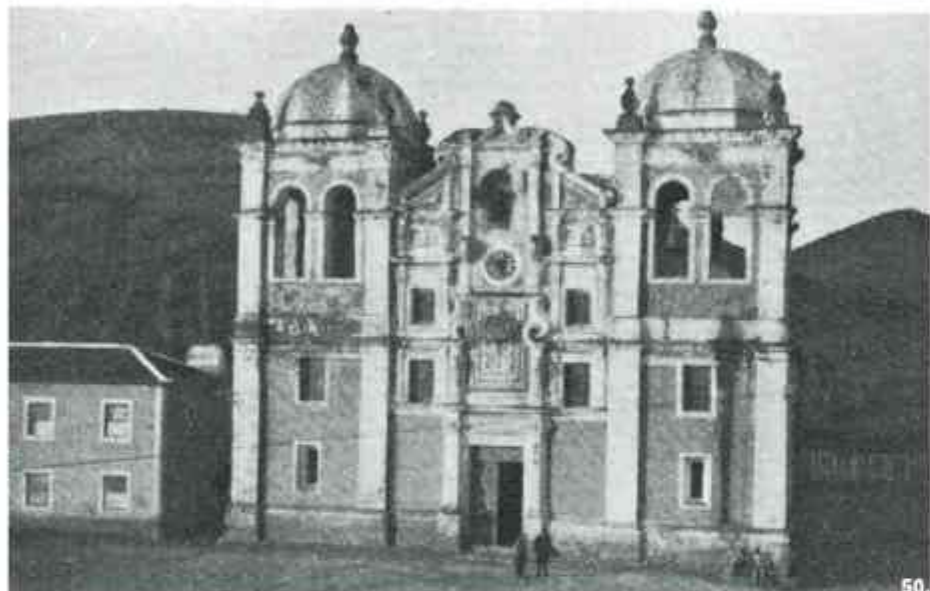
46. Cartão postal. Papel impresso e manuscrito. Angra do Heroísmo, 29 de junho de 1916. Coleção particular.

47. Cartão postal. Papel impresso e manuscrito. Com carimbos "DEPÓSITO DE CONCENTRADOS ALEMÃES NA ILHA TERCEIRA" e "CENSURADO 13 DEZ 1916". Coleção do Museu Militar dos Açores.

48. Carta postal. Papel impresso e manuscrito. Com diversos carimbos de censura, Angra do Heroísmo, 12 de maio de 1917. Coleção particular.

49. Cartão postal. Papel impresso e manuscrito. Com carimbos de censura, Angra do Heroísmo, 7 de maio de 1918. Coleção particular.

A FALTA DE QUARTEL CONDIGNO



A chegada massiva de centenas de prisioneiros de guerra à fortaleza de São João Baptista conduziria à saída dos militares e à necessidade de realizar profundas obras para os acomodar.

A 29 de agosto de 1916, em pleno processo de recolha de prisioneiros de vários locais do império, procurava-se evitar o contacto entre as praças e o inimigo, encontrando-se já fora da fortaleza vários órgãos e unidades. A necessidade de pagar o arrendamento dos novos imóveis e as delongas na chegada das verbas acabariam por causar descontentamentos às chefias militares e aos proprietários.



A rede sanitária da fortaleza constituía um foco permanente de doenças. Sem água canalizada, era deficitária a higiene, e, tal como a expansão da eletricidade, o desenvolvimento da canalização seria extremamente lento e oneroso. A arruinada e antiga igreja da fortaleza seria convertida em refeitório, e, um pouco por todo o lado, exigiam-se obras de beneficiação e habitabilidade dos espaços. Contudo, a grande falta de verbas e a escassez de mão-de-obra e de materiais fariam prolongar no tempo estas melhorias, provocando, por vezes, dissabores entre os militares e os empresários locais.



50. A igreja do Forte de São João Baptista, refeitório geral dos concentrados alemães na ilha Terceira. In *Arquivo Português, II Série*, n.º 643, Lisboa, 29 de julho de 1918.

51. Militares do Regimento de Infantaria n.º 25. Prova fotográfica sobre papel. MAH20140998.

52. Transporte de água para o depósito de concentrados. Prova fotográfica sobre papel. MAH20140999.

53. Pormenor dos edifícios. Prova fotográfica sobre papel. MAH20141003.

54. Desenvolvimento da canalização pela fortaleza. Prova fotográfica sobre papel. MAH20141002.

A ALIMENTAÇÃO E O MATERIAL DE AQUARTELAMENTO

Apesar da diversidade razoável de gêneros, a alimentação estaria condicionada às limitações da ilha.

De muitos casos, destacar-se-ia o pão, substituído na sopa por fécula de legumes, batata ou outras farinhas. Com o evoluir da guerra, a situação complicar-se-ia, lutando-se permanentemente para se cumprir a ordem ministerial, fornecendo pão às refeições. Internamente, a terceira classe seria colocada a confeccionar a alimentação, servindo-a também à primeira classe. Externamente, a ilha debatia-se permanentemente com a escassez de farinhas, conhecendo-se ciclos em que tanto se anunciava o fim de padarias como a abertura de novas.

A falta de material de aquartelamento complementar o cenário, esgotando-se os recursos das unidades militares, do mercado e da produção local, acontecendo os prisioneiros dormirem no chão, enquanto se aguardava a vinda de materiais do continente. A situação melhoraria gradualmente, em especial com a intervenção do Alto Comissário da República para os Açores, mantendo-se embora de forma sempre periclitante.

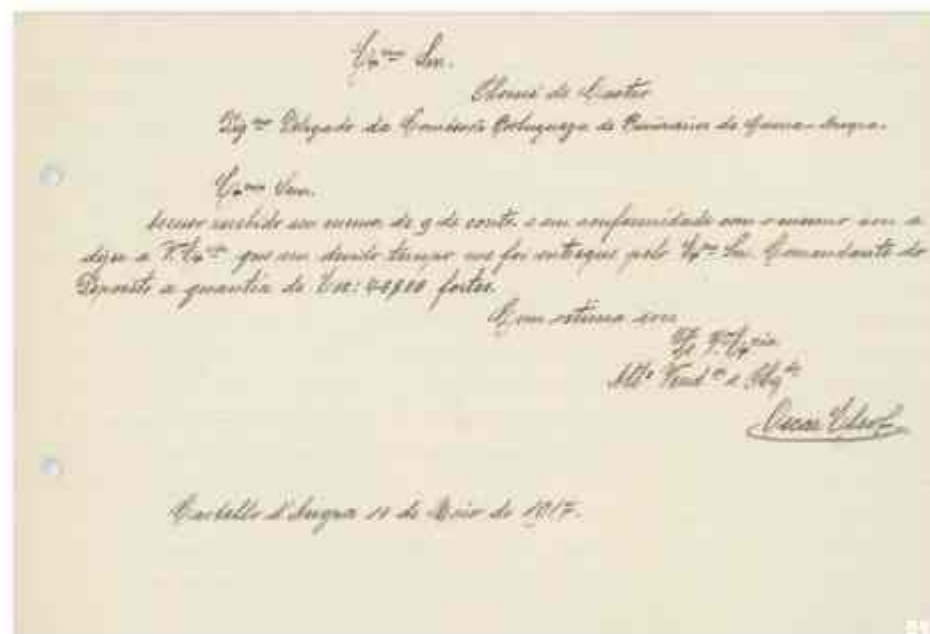


55. Anúncio de arrematação de fornecimento de pão para os concentrados. In jornal A União, 24 de abril de 1919. Coleção do Museu Militar dos Açores.

56. Fabrico de pão. Prova fotográfica sobre papel. MAH20161099.

57. Pedido dirigido ao Comando Militar dos Açores solicitando o aumento da receita para despesas com ração dos concentrados, e respetivos cálculos. Papel impresso e manuscrito, Angra do Heroísmo, 13 de junho de 1917. Coleção do Museu Militar dos Açores.

58. Concentrados engemando a roupa. Prova fotográfica sobre papel. MAH20161112.



Mediante autorização do Ministério das Finanças, via Inspeção de Finanças, era permitido retirar as verbas a partir da delegação do Banco de Portugal.

Contudo, a I República não garantira um conjunto de despesas inerentes à concentração, nomeadamente ao nível de obras, saúde, alimentação, material de aquartelamento ou mesmo bens essenciais. A chegada das verbas era tardia e complexa, perpetuando o espectro da suspensão total de despesas. Valeria ao depósito a solidariedade das outras unidades militares locais, que ficariam desprovidas, e a paciência dos comerciantes angrenses.

A situação perduraria entre 1916 e 1919, abrangendo ciclos de indigência geral dos prisioneiros. Com o Alto Comissário da República para os Açores, obter-se-ia um apoio financeiro mais próximo, uma melhor gestão e celeridade processual. Contudo, o acerto final de contas, positivo diga-se, só seria efetuado depois de novembro de 1919.

A LOGÍSTICA FINANCEIRA

Todos os assuntos careciam, em última instância, de autorização do Ministro da Guerra, efetuando-se os pedidos financeiros pela delegação da 8ª Repartição da 2ª Divisão Geral da Secretaria da Guerra, em Angra do Heroísmo.



59. Recibo de entrega de remessa. Papel manuscrito. Assinatura do concentrado Oskar Ebert. Angra do Heroísmo, 18 de maio de 1917. Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa.

60. Recibos de entrega de remessa. Papel. Assinaturas dos concentrados Max Bablke e Paul Kester. Angra do Heroísmo, 27 de outubro de 1917. Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa.

A QUESTÃO HIGIÊNICO-SANITÁRIA

Durante a concentração, as autoridades assegurariam as condições mínimas de serviços médicos, extraditando-se em caso de operação. Em outubro de 1916, seria realizada uma meticolosa análise às condições higiênico-sanitárias do depósito em Angra do Heroísmo, procurando-se a origem da principal doença, a febre tifóide. Podendo ter tido origem na água contaminada dos chafarizes da cidade, evoluiu devido à falta de isolamento e desinfecção, em especial das retretes. Enfermeiros e criados dormiam e comiam com a comunidade e não existia uma desinfecção generalizada.

Sugeriam-se obras de habitabilidade e vacinação, que seria executada. Até ao fim, o depósito seria atingido por febres gástricas, perturbações digestivas e respiratórias, tentativas de suicídio, úlceras e apendicites crônicas, verificando-se saídas rumo ao Hospital Militar da Estrela ou para sanatórios no continente e na Madeira.

A gripe espanhola e a peste bubônica, em 1918, complementariam este cenário, sendo também comum a proliferação de ratos, em resultado do mau estado de quase todas as habitações.



Reclamava-se a construção de modernos e higiênicos sanitários, esgotos e casas de banho, solicitando-se, paralelamente, o fim dos banhos de mar, da permanente falta de material de limpeza, do lençol único e das camas de bordo.



61. Campos dos concentrados falecidos. Prova fotográfica sobre papel. MAH20161119

62. Materiais no exterior para efeitos de higienização. Prova fotográfica sobre papel. MAH20161013

63. Carta da 5ª Repartição do Serviço de Saúde ao Comandante Militar das Açores questionando "se no Campo de Concentração dos Alemães têm sido adotadas todas as medidas higiénicas como águas fervidas, limpeza, etc." para saneamento do mesmo Campo". Papel impresso e manuscrito. Lisboa, 11 de abril de 1917. Coleção do Museu Militar dos Açores.

64. Certidão de Óbito. Papel impresso e manuscrito. Angra do Heroísmo, 13 de dezembro de 1916. Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa.

65. Relatório dos subditos alemães falecidos. Papel. Angra do Heroísmo, 17 de novembro de 1916. Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa.

66. Relatório sobre o estado médico-sanitário dos subditos alemães. Papel impresso e manuscrito. Angra do Heroísmo, 30 de novembro de 1916. Coleção do Museu Militar dos Açores.



OS CONFLITOS E AS TENTATIVAS DE FUGA

A concentração dos súbditos alemães decorreria sem problemas disciplinares, apesar de duas fugas para os EUA. O rigor aplicava-se a todos, castigando-se soldados portugueses com guardas ou prisão, por incumprimento das ordens, afastamento do local de sentinela ou assistência a espetáculos dos prisioneiros.



Problemas relacionados com embriaguez e insultos à guarda eram punidos com dias de detenção, e com a relativa liberdade concedida em 1919, surgiriam abusos de ambas as partes. Exageros nas visitas à cidade, evasões com o consentimento das praças portuguesas e o aproveitamento de áreas não autorizadas originariam muitas confusões e algumas detenções.

Em Angra do Heroísmo, os ódios alimentados e acumulados durante o conflito dariam azo ao arremesso de pedras, a pugilatos e a humilhações apoiadas pelas autoridades policiais, apesar da reprovação das militares.

Quando necessário, era imposto o recolher obrigatório e o reforço de sentinelas.

67. Militares de guarda na porta de armas da Fortaleza de São João Baptista. Prova fotográfica sobre papel. MAH20140931.

68. Incidente com concentrado. Papel manuscrito. Angra do Heroísmo, 29 de janeiro de 1918. Coleção do Museu Militar dos Açores.

69. Salvo conduto para deslocação à cidade. Coleção particular.

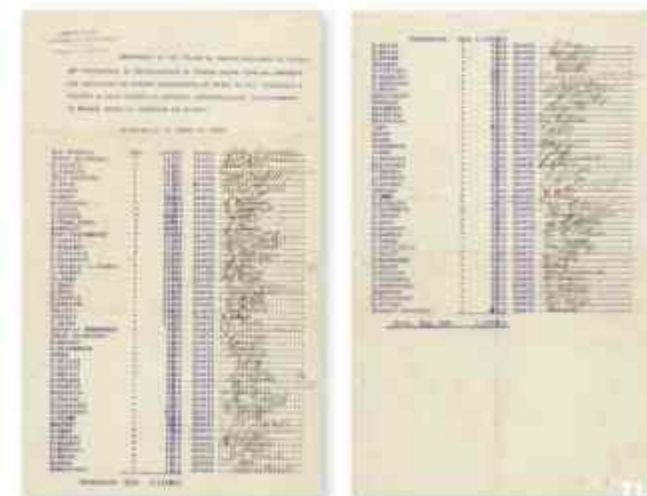
70. Transporte de alimentação. Prova fotográfica sobre papel. MAH20161110.

O FIM DO DEPÓSITO DE CONCENTRADOS ALEMÃES NA ILHA TERCEIRA

A 22 de março de 1918, seria criada uma Comissão Central de Informações sobre Prisioneiros de Guerra, com sede em Lisboa, e com o objetivo de recolher informações dos campos de concentração, depósitos e instituições similares, bem como do pessoal, internados e prisioneiros, sua divisão por classes, profissões e notas de comportamento. Centralizava-se documentação até então dispersa, compilando-se toda a informação relacionada com prisioneiros de guerra, independentemente da beligerância, local de concentração e estado físico.

Só depois do 25 de setembro de 1919, e de já assinados os acordos de Versalhes e de St. Germain-en-Laye, é que chegaria um delegado da subcomissão encarregue de repatriar os súbditos alemães a partir da ilha Terceira.

A 22 de outubro, sabia-se já ter saído o vapor Lothar Bohlen de Hamburgo para os trazer, mas a partida seria adiada até 7 de novembro, altura em que seriam equiparados perante a alfândega a presos, por falta de verbas processuais.



71. Recibo de remessas enviadas pelo Cônsul Geral de Espanha em Lisboa. Papel. Assinatura de diversos concentrados. Angra do Heroísmo, 11 de junho de 1918. Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa.

72. Relação dos súbditos alemães que estiveram internados na Fortaleza de São João Baptista da ilha Terceira. Papel manuscrito. Coleção da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís de Stas Ribeiro.

QUEM ERAM OS SÚBDITOS ALEMÃES?

Eram civis que estavam em território português, industriais, comerciantes, professores, comandantes, engenheiros, marinheiros, fogueiros e artesãos. Em alguns casos constituíam famílias com crianças e idosos, casados com mulheres portuguesas e cujos filhos eram considerados alemães à semelhança do pai. Para o Comando Militar dos Açores, o seu número era uma incógnita à chegada. O seu transporte para Angra do Heroísmo seria inicialmente em grandes grupos, complementado por outros mais pequenos ou elementos isolados.

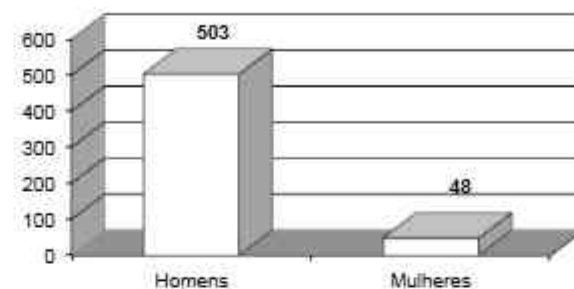
73 e 74. Concentrados e respetivas famílias. Provas fotográficas sobre papel. MAH20141137/1146.

75. Concentrado a pintar o interior da Fortaleza de São João Baptista. Prova fotográfica sobre papel. MAH201610911.

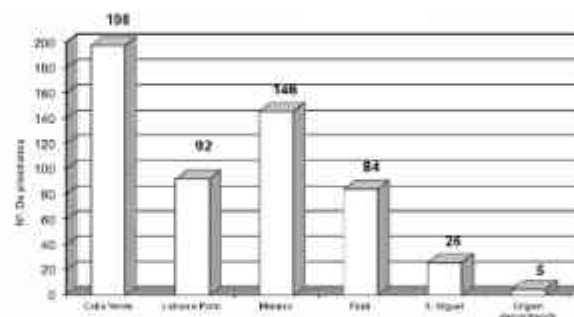
76. Pintura. Óleo sobre tela. Autoria de concentrado alemão. Coleção particular.



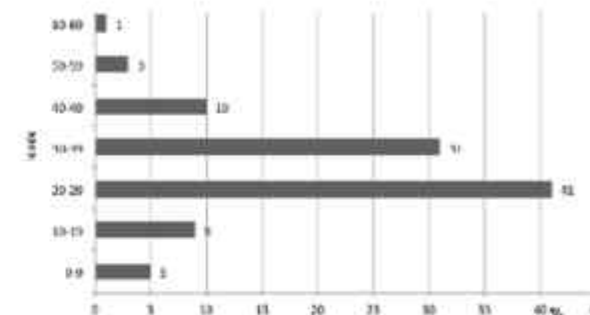
I. Sexo dos prisioneiros alemães agrupados entre maio de 1916 e janeiro de 1917. REZENDES, S., *Insulana*, ICPD, 2002.



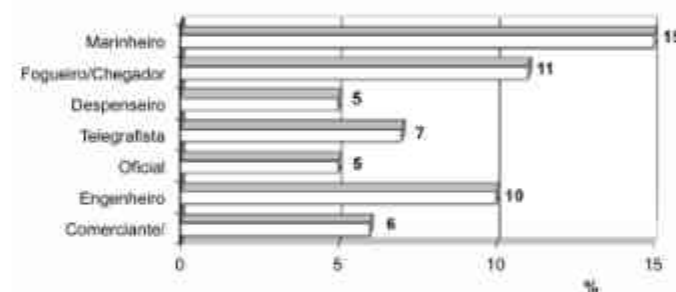
II. Locais de origem dos concentrados alemães entre maio de 1916 e janeiro de 1917. REZENDES, S., *Insulana*, ICPD, 2002.



III. Idades dos prisioneiros alemães reunidos entre maio de 1916 e janeiro de 1917. REZENDES, S., *Insulana*, ICPD, 2002.



IV. Profissões mais representativas dos concentrados alemães entre maio de 1916 e janeiro de 1917. REZENDES, S., *Insulana*, ICPD, 2002.



Sabe-se que a 13 de maio de 1916, eram cerca de 300 os alemães concentrados no arquipélago e que a 13 de junho eram já 90 os prisioneiros em São João Baptista. Este número cresceria de forma exponencial a partir desse verão, podendo ter atingido 763 prisioneiros alemães em 1918. Com o final do conflito, dar-se-ia o declínio: a 15 de janeiro de 1919 eram já 653, e em finais de outubro 596. 510, embarcariam rumo a Lisboa, Faial, Madeira e Alemanha no mês seguinte.



O REGRESSO À NORMALIDADE

Com o fim da I Grande Guerra, deu-se início ao processo de repatriação e, em outubro de 1919, os concentrados foram informados que poderiam sair, desde que pudessem pagar as despesas de transporte.

A maioria partiu a bordo do navio Lothar Bohlen, e na ilha ficaram apenas quatro, dois por opção e que se dedicariam ao comércio, um aguardando embarcação rumo à Madeira e um no Hospital Militar.

Em muitos casos, estes cidadãos alemães perderiam irremediavelmente as suas posses, abandonando o país definitivamente, ou encetando longos processos judiciais contra o Estado, obtendo, por vezes, uma irrelevante indemnização.



Contudo, muitas famílias portuguesas estariam à altura da confiança depositada pelos seus amigos alemães, devolvendo tudo o que lhes tinha sido entregue, ou dando-lhes a oportunidade de o recuperar.

Ainda mais dolorosa, terá sido a expulsão de alemães nascidos em Portugal, após o cativeiro e sem conhecimento da língua ou família alemã, caso de Carlos Ernesto Hempel, filho de pai alemão e mãe inglesa, já de si profundamente vitimizado dentro do próprio campo de Angra do Heroísmo.



77. Concentrados aguardando o embarque no cais da Figueirinha. Prova fotográfica sobre papel. MAH20161205.

78. Oficial do Regimento de Infantaria nº 26. Prova fotográfica sobre papel. Com dedicatória ao concentrado Alfred Hülzer. Angra do Heroísmo, 25 de julho de 1916. MAH20161140.

79, 80 e 81. Certidão de nascimento e bilhete de residência. Papel impresso e manuscrito. Em nome do concentrado August Paulus. Bräthen, 14 de setembro de 1920/Angra do Heroísmo, 2 de março de 1921. Coleção particular.

82. Grupo de concentrados, onde se destaca August Paulus (de branco, na última fila), um dos alemães que ficaria a residir em Angra do Heroísmo, após o fim do Depósito de Concentrados Alemães. Prova fotográfica sobre papel. MAH20161177.

A GRANDE GUERRA E A MEMÓRIA DE UMA RECLUSÃO FORÇADA

Estudos internacionais demonstram que os Açores eram já equacionados para aprisionar alemães, cativos em escaramuças de fronteira no sul de Angola, durante os anos de 1914 e 1915. Com a requisição das embarcações alemãs e a consequente declaração de guerra, o encarceramento da comunidade civil alemã no império seria inevitável, surgindo depósitos de concentrados no continente português, Açores, Angola, Moçambique e Guá. O Estado pautar-se-ia pelas convenções de Genebra, permitindo desde cedo a entrada de delegados da Cruz Vermelha e de cónsules estrangeiros, como o americano nos Açores, atestando as boas circunstâncias dos prisioneiros de guerra.



Apesar de ser previsível um elevado número de concentrados, na realidade, o governo não se prepararia financeiramente para desenvolver, prêvia e rapidamente, todas as condições para que a fortaleza de São João Baptista recebesse até sete centenas de prisioneiros. Apesar dos incessantes pedidos de apoio, a ajuda seria tardia e sempre insuficiente para colmatar as necessidades. Afinal, vivia-se uma arruinada I República, incapaz de assegurar os seus encargos financeiros internos e externos. Sem grande apoio do exterior, a solução passaria pela gestão das autoridades locais, nomeadamente as militares, motivados por um espírito de missão e brio que terá camuflado as suas reais necessidades. Sidónio Pais ordenaria a transferência de vários prisioneiros para a ilha Terceira, por saber existirem condições “muito boas”, atestadas pelos desabafos publicados no jornal “A União”, lembrando o bombardeamento de Ponta Delgada, os massacres das trincheiras e o tratamento aos prisioneiros portugueses, em contraponto com a rica vida que os alemães levavam na fortaleza.



Com muito sacrifício, o seu objetivo resultou: passou-se o conflito sem problemas de maior e quer a instituição como o país ficariam relativamente bem vistos no tratamento dado aos seus prisioneiros, o que se reflete nas palavras de um dos maiores especialistas desta tema, Jakob Zollmann do Berlin Social Science Center, ao referir que “[...] os prisioneiros alemães na Terceira foram tratados de forma justa, mas após a declaração de guerra, e perante a ação inimiga em terra e no mar, o seu tratamento foi-se deteriorando, tornando-se mau no final [...]”.

82. Vista do interior da Fortaleza de São João Baptista. Prova fotográfica sobre papel. MAH2016/944

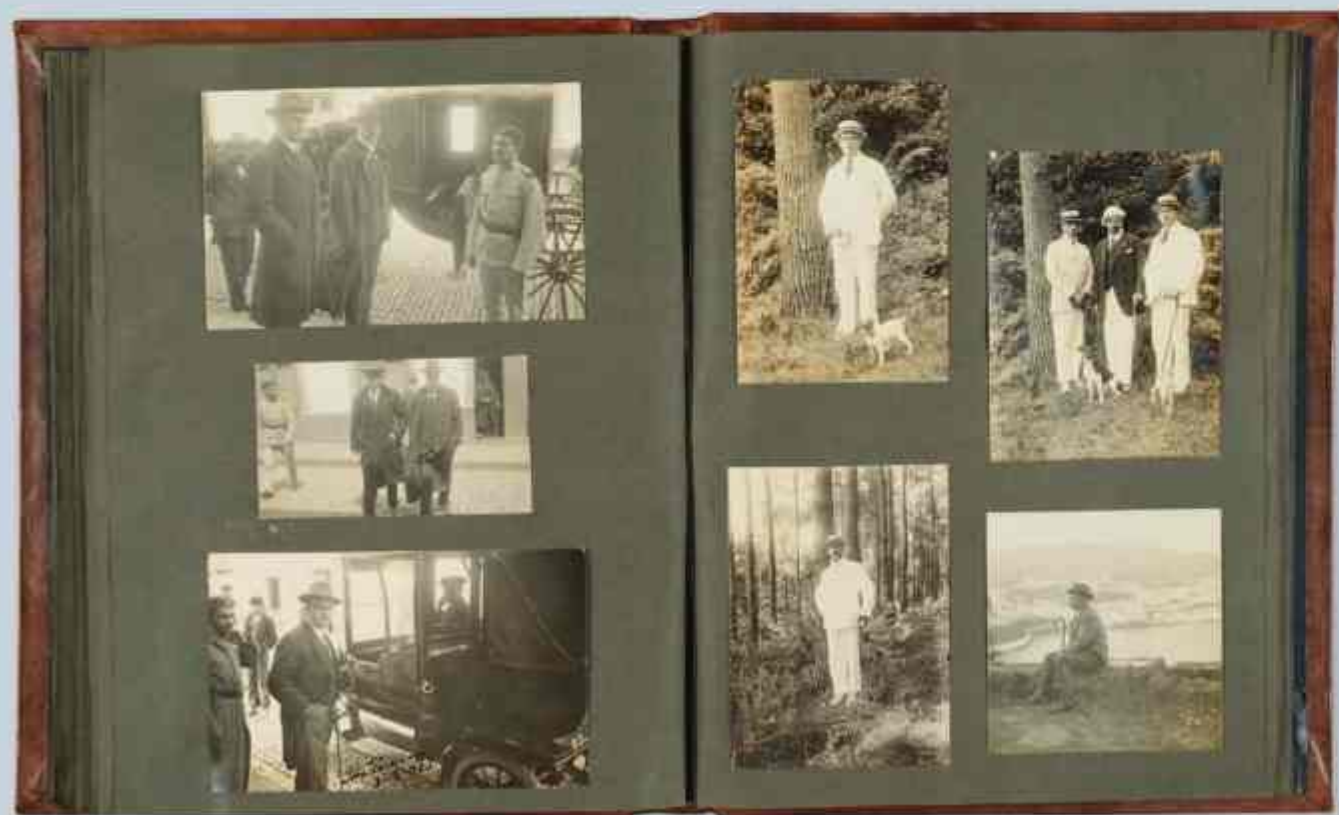
84 e 85. Medalha. Liga de cobre. Contém a inscrição: “Für meine Freund Joh Pirocki”/ “Zur Erinnerung an unsere Gefangenschaft in Angra/ Fr. Sänge 1917-19. Tradução livre: “Para o meu amigo Joh Pirocki” / Para lembrança da nossa cativerio em Angra/ Fr. Sänge 1917-19” Coleção particular

86 e 87. Medalha. Liga de cobre. Contém a inscrição: “Erinnerung an meine Gefangenschaft/ Alfred Hiltzer/ Angra de Heroísmo/ Gruppe I. Nº35”. Tradução livre: “Lembrança da minha detenção/ Alfred Hiltzer/ Angra de Heroísmo/ Grupo I. Nº35”. Coleção particular

REGISTO DA VIDA DE CONCENTRADO



88.



89.



91.



93.



92.



90.

88 e 89: Álbum de fotografias. Capedal, papel e prova fotográficas sobre papel. Particular do concentrado Altair Hülse. MAH20161562.

90: Kodak Vant Ruckes. Liga metálica, cobre e vidro. Introduzido no mercado em 1912, esta máquina foi fabricada até 1926. Tem várias versões, sendo muito popular entre os militares da 1ª Guerra Mundial. MAH200676.

91, 92 e 93: Concentrados ocupando os tempos livres. Prova fotográficas sobre papel. MAH2016166/1169/1185.

EXPOSIÇÃO

**DEPÓSITO DE
CONCENTRADOS
ALEMÃES**

NA ILHA TERCEIRA

MUSEU
DE ANGRA
DO HEROÍSMO

C. Preparativos para eventual festa de Natal.
Prava fotográfica sobre papel. MAH20161097

© Os textos, fotografias e outros elementos contidos nesta publicação estão protegidos pela lei, ao abrigo do Código dos Direitos de Autor e direitos conexos. É interdita a cópia, reprodução, difusão e utilização comercial dos mesmos sem autorização expressa dos proprietários, com exceção do direito de citações definido na lei.



C.

REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Pedro, *Os campos de concentração para alemães em Portugal*, in revista *Sábado*, nº 510, 6 de fevereiro de 2014.

REZENDES, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, in revista *Insulana*, vol. LVIII, Ponta Delgada: Instituto de Cultura de Ponta Delgada, 2002.

REZENDES, Sérgio, *A Grande Guerra nos Açores: Memória Histórica e Património Militar*, Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2014.

ORGANIZAÇÃO:



APOIOS:



Relações dos subditos alemães que estiveram internados no Castelo de S. João Baptista da Ilha Terceira
Os primeiros alemães



DEPOSITO
DE
ALEMAES
CONCENTRADOS
ILHA-TERCEIRA

DEPOSITO
+ DB +
CONCENTRADOS AL
+ NA +
ILHA-TERCEIRA

